

...continuação

nistração: O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho de Administração. Dessa forma, a Associação não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Em 31 de dezembro de 2019, houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da Entidade no montante de R\$ 206, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3 (i). **11. Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos déficits e superávits apurados anualmente. Em caso de extinção ou desqualificação da Associação, seu patrimônio, legados ou doações, assim como eventuais excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados integralmente ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado, na mesma área de atuação, escolhida pelo Conselho de Administração e o patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados.

	2019	2018
12. Total das receitas com restrições	10.467	10.425
Contrato de gestão	850	1.100
Receita com prestação de serviço - Cena Onze	158	282
Outras receitas de captação	58	118
Rendimento de aplicações financeiras	184	235
Outras receitas	206	181
Trabalho voluntário	1.457	2.067
Aluguel gratuidade	13.380	14.408

	2019	2018
13. Despesas com pessoal	(3.955)	(3.972)
Salários	(1.745)	(1.688)
Encargos sociais	(1.242)	(1.418)
Benefícios	(498)	(496)
Férias	(349)	(350)
13º salário	(7.789)	(7.924)

	2019	2018
14. Despesas com prestadores de serviços	(919)	(905)
Artistas convidados	(374)	(365)
Vigilância e segurança	(348)	(348)
Limpeza e higiene	(155)	(152)
Assessoria e consultoria contábil e jurídica	(74)	(78)
Informática	(216)	(191)
Outros	(2.086)	(2.039)

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis. Aos Diretores e Conselheiros da Associação dos Artistas Amigos da Praça. São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Associação dos Artistas Amigos da Praça, ("Associação" ou "ADAAP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação dos Artistas Amigos da Praça, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Continuidade operacional -** Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a principal fonte de receita da Associação é provida pela Secretaria de Estado da Cultura, firmado por meio de um Contrato de Gestão, que custeia as principais atividades desenvolvidas pela Associação. O referido Contrato de Gestão também tem metas e indicadores de desempenho que devem ser performados. Não obstante, o Contrato de Gestão nº 04/2018 - 1º Termo Aditivo tem o prazo de vigência até 30 de dezembro de 2023. A Associação pode ser contratada novamente, se for atestado o bom desempenho na execução do contrato atual e desde que a proposta da Associação seja selecionada na convocação pública, conforme legislação vigente. Chamamos a atenção para os riscos relacionados à continuidade operacional da Associação, caso esta não seja selecionada na convocação pública, para administrar o novo Contrato de Gestão, uma vez que existe uma dependência regular do recebimento dos recursos deste contrato para a manutenção das atividades operacionais da Associação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. BDO RCS Auditores Associados Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior -** As demonstrações contábeis da Associação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram examinadas por nós, no qual emitimos relatório em 21 de fevereiro de 2019, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. **Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades sem finalidades de lucros e pelos controles internos que ela determinou ou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contá-

	2019	2018
15. Despesas gerais e administrativas	(406)	(402)
Bolsas-auxílio	(23)	(62)
Aluguéis	(238)	(242)
Manutenção	(220)	(209)
Água, luz, internet e telefone	(46)	(200)
Patrocínio	(73)	(30)
Doações de ingressos SP Escola	(202)	(341)
Intercâmbios e viagens	(51)	(78)
Materiais para aula e cursos	(83)	(121)
Despesas com transportes	(59)	(61)
Filmagens e produções	(50)	(100)
Material com itens de consumo	(51)	(108)
Despesas com eventos	(166)	(153)
Outros	(1.668)	(2.107)

16. Instrumentos financeiros: A Associação opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. **Estimativa do valor justo -** Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Associação não efetuou operações com derivativos. **Instrumentos financeiros "não derivativos" -** Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Instrumentos financeiros:** reconhecimento e mensuração estabelecem uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Associação, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. São três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: **• Nível 1 -** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; **• Nível 2 -** outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); **• Nível 3 -** informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo

dos instrumentos financeiros da Associação está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras). Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, a Associação está sujeita aos fatores de: **Risco de liquidez -** Risco de liquidez é o risco em que a Associação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Associação na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. **Risco de mercado -** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e fundos de renda fixa. **17. Avais, fianças e garantias:** A Associação não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2019 e 2018. **18. Renúncia fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta, a seguir, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31/12/2019 e 2018: **• Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); • Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); • Imposto Sobre prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN); • Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)** sobre as receitas próprias. **19. Seguros (não auditado):** A Associação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **20. Eventos subsequentes:** Não ocorreram, até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Associação. **Ivam Cabral -** Diretor Presidente - CPF 460. 148.379-49. **Ivan Szoboszlaj -** CRC1SP 204074/O-1 - CPF 103.716.778-31.

beis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação; **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional; **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2020.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. - CRC 2 SP 015165/O-8.

Thiago Gonçalves Marques Contador - CRC 1 SP 254881/O-8

Documento	Data	Vigência	Valor - R\$
Contrato de Gestão nº 0004/2018	01/01/2019	05 anos	10.712.334,00
1º Termo de Aditamento do Contrato de Gestão nº 0004/2018	01/01/2019	05 anos	10.712.884,66

Data Prevista	Valores	Data do Repasse	Número do Doc de Crédito	Valores Repassados (R\$)
02/01/2019	357.293,00	02/01/2019	151.100.000.002.200	186.191,90
02/01/2019		02/01/2019	551.511.000.002.201	171.101,10
20/01/2019	1.712.334,00	29/01/2019	201.901.280.074.708	1.712.334,00
20/03/2019	1.800.000,00	20/03/2019	201.903.190.039.835	1.800.000,00
20/05/2019	1.800.000,00	22/05/2019	201.905.210.040.879	1.800.000,00
20/07/2019	1.800.000,00	22/07/2019	201.907.190.051.937	1.800.000,00
20/09/2019	1.800.000,00	20/09/2019	201.909.190.045.117	1.800.000,00
20/11/2019	1.000.000,00	22/11/2019	201.911.210.035.957	900.000,00
20/11/2019		02/12/2019	201.911.290.040.462	100.000,00
20/12/2019	443.221,66	20/12/2019	201.912.200.012.740	443.221,66
(A) Saldo do Exercício Anterior				838.217,18
(B) Repasses Públicos no Exercício				10.712.848,66
(C) Receitas com Aplicações Financeiras dos Repasses Públicos				50.995,15
(D) Outras Receitas Decorrentes da Execução do Ajuste				-
(E) Total de Recursos Públicos (A+B+C+D)				11.602.060,99
(F) Recursos Próprios da Organização Não-Governamental				18.073,03
(G) Total de Recursos Disponíveis no Exercício (E+F)				11.620.134,02

Categoria ou Finalidade da Despesa	DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS REALIZADAS			
	Despesas Contabilizadas neste Exercício	Despesas Contabilizadas em Exercício Anterior e Pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício e Pagas neste Exercício	Despesas Contabilizadas neste Exercício a Pagar em Exercício Seguinte
	(R\$)	(R\$) (H)	(R\$) (I)	(R\$) (RS)
1. Recursos Humanos				
1.1 Salário + Encargos + Benefícios	7.705.186,31	731.748,86	7.049.756,35	655.429,96
1.2 Autônomos e Pessoa Jurídica	870.668,62	-	870.668,62	-

Nº Ação	Atributo da mensuração	Mensuração	Previsão		Realizado
			Trimestral	Realizado	
4.1 Atuação	meta produto	Carga horária	1º Trim	480	328
			2º Trim	480	512
			3º Trim	480	456
			4º Trim	480	592
			Meta	1.920	1.888
			Anual	1.920	1.888
			ICM% 100%	98,3% (1)	
	meta resultado	Nº de matriculados	1º Trim	50	54
			2º Trim	50	52
			3º Trim	50	55
			4º Trim	50	57
			Meta Anual	50	55
			aprendizes*		55
			ICM% 100%	109%	
4.1 Cenografia e Figurino	meta produto	Carga horária	1º Trim	480	328
			2º Trim	480	512
			3º Trim	480	456
			4º Trim	480	592
			Meta	1.920	1.888
			Anual	1.920	1.888
			ICM% 100%	98,3% (1)	
	meta resultado	Nº de matriculados	1º Trim	50	49
			2º Trim	50	49

	2019	2018	2019	2018
2. Medicamentos	1.134,78	-	1.134,78	-
3. Gêneros Alimentícios	9.263,33	-	9.263,33	-
4. Outros Materiais de Consumo	218.434,66	-	218.434,66	-
5. Outros Serviços de Terceiros	732.857,92	49.940,45	732.857,92	-
6. Locação de Imóveis	-	-	-	-
7. Locações Diversas	14.593,89	-	14.593,89	-
8. Utilidades Públicas	245.141,49	-	245.141,49	-
9. Combustível	-	-	-	-
10. Bens e Materiais Permanentes	-	-	-	-
11. Obras	-	-	-	-
12. Despesas Financeiras e Bancárias	24.653,34	-	24.653,34	-
13. Outras Despesas	714.251,15	442.424,89	687.851,15	26.400,00
13.1 Outras Despesas Área Fim	553.848,80	442.424,89	527.448,80	26.400,00
13.2 Outras Despesas Área Meio	160.402,35	-	160.402,35	-
13.3 Depósitos Judiciais	-	-	-	-
Total de Despesas	10.536.185,49	1.224.114,20	9.854.355,53	681.829,96

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO		
(G) Total de Recursos Disponíveis no Exercício		11.620.134,02
(J) Despesas Pagas no Exercício (H+I)		11.078.469,73
(K) Recurso Público Não Aplicado (E - (J-F))		541.664,29
(L) Valor Devolvido ao Órgão Público		-
(M) Valor Autorizado Para Aplicação No Exercício Seguinte (K-L)		541.664,29

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020

Ivam Cabral

Conselho de Administração:		Diretoria
Maria Anna Olga Luiza Bonomi (Presidente do Conselho)		Ivam Cabral - Diretor Executivo
Wagner Brunini (Vice-Presidente)		
Danilo Santos de Miranda		Contador
Eduardo Saron Nunes		Ivan Szoboszlaj - CRC TC 1SP 204074/O-1
Joaquim Cesar Moreira Gama		
Vicente R. Freitas		Conselho Fiscal
Hubert Alquéres		Leandro Knopffholz
Maria Adelaide de Almeida dos Santos Amaral		Maurício Antonio Ribeiro Lopes
		Rachel Macedo Rocha

